

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 28 de março de 2022 - Ata n.º 21.

Aos vinte e oito dias do mês de março de dois mil e vinte e dois, à hora regimental, **em ambiente misto, utilizando-se do Sistema de Deliberação Misto, instituído pela Resolução n.º 19, de 15/12/2020**, com discussão e votação mista em virtude da emergência de saúde pública relacionada ao coronavírus SARS-CoV-2, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Senhor Presidente **Ademar Traiano**, secretariado pelos Senhores Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.º Secretário) e **Gilson de Souza** (2.º Secretário), “*sob a proteção de Deus*”, iniciou os trabalhos da **21.ª Sessão Ordinária da 4.ª Sessão Legislativa da 19.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta segunda-feira. Está dispensada a leitura de Ata. Consulto o 1.º Secretário se há Expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Cláudio Romanelli – PSB): Boa tarde, Sr. Presidente, Sr.ªs Deputados e Sr.ªs Deputadas.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos originais, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Mensagens: (Encaminhadas à Diretoria Legislativa para providências.)
Mensagem n.º 14/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 106/2022**), que dispõe sobre a reestruturação das carreiras da polícia militar, polícia civil e polícia

científica e dá outras providências; Mensagem n.º 15/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei **(autuado sob o n.º 107/2022)**, que altera dispositivos da Lei n.º 20937, de 17 de dezembro de 2021, que institui o auxílio-alimentação aos servidores ativos ocupantes das carreiras que especifica; Mensagem n.º 16/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei Complementar **(autuado sob o n.º 2/2022)**, que institui o Quadro Próprio da Polícia Penal do Estado do Paraná (QPPP), bem como regulamenta a transformação do atual cargo de Agente Penitenciário; Mensagem n.º 17/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei **(autuado sob o n.º 108/2022)**, que institui preço público para cobrança de despesas com procedimentos da Polícia Científica e dá outras providências.

Comunicado: Comunico aos Sr.ºs Deputados que as Atas Resumidas das 18.ª, 19.ª e 20.ª Sessões Ordinárias, ocorridas na semana passada, estão disponibilizadas para leitura pelos Sr.ºs Deputados no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, nas unidades dos gabinetes dos Sr.ºs Parlamentares. Decorrido o prazo de 24 horas para pedidos de retificação, estabelecido no §1.º do art. 7.º da Resolução n.º 19/2020, serão consideradas aprovadas e, assim, as íntegras das reuniões serão publicadas no Diário Oficial da Assembleia, conforme estabelecido no art. 139 do Regimento Interno.

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 473/2022** do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei **(autuado sob o n.º 112/2022)**, que altera e acresce dispositivos à Lei n.º 16024, de 19 de dezembro de 2008, que estabelece o Regime Jurídico dos Funcionários do Poder Judiciário do Estado do Paraná; **Ofício n.º 83/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 578/2020, sendo convertido na Lei n.º 20975; **Ofício n.º 88/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 48/2022, sendo convertido na Lei n.º 20973; **Ofício n.º 84/2022**

do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 739/2021, sendo convertido na Lei n.º 20974; **Ofício n.º 82/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 47/2022, sendo convertido na Lei n.º 20979; **Ofício n.º 87/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 40/2022, sendo convertido na Lei n.º 20978; **Ofício n.º 86/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 345/2018, sendo convertido na Lei n.º 20977; **Ofício n.º 85/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 531/2021, sendo convertido na Lei n.º 20976; **Ofício n.º 93/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 696/2021, sendo convertido na Lei n.º 20980; **Ofício n.º 92/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 82/2022, sendo convertido na Lei n.º 20987; **Ofício n.º 90/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 497/2020, sendo convertido na Lei n.º 20984; **Ofício n.º 95/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 717/2021, sendo convertido na Lei n.º 20985; **Ofício n.º 96/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 421/2019, sendo convertido na Lei n.º 20.986; **Ofício n.º 94/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 614/2021, sendo convertido na Lei n.º 20982; **Ofício n.º 97/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 309/2021, sendo convertido na Lei n.º 20983; **Ofício n.º 91/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 22/2022, sendo convertido na Lei n.º 20981.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Já de imediato, conforme contato que mantive com o Deputado Nelson Justus, Presidente da CCJ, ainda na semana anterior, deve ter convocado a Comissão de Constituição e Justiça, se não me falha a memória para hoje, final da tarde, após esta Sessão, para a devida apreciação dessas mensagens; e também, em função de estarmos aqui em regime de urgência, as matérias, solicito que de imediato também, ainda no dia de amanhã, as Comissões de Finanças e Segurança Pública se

manifestem, para que possamos aprovar essas mensagens até quarta-feira, para a devida sanção do Governador dentro do prazo legal. Deputado Arilson, solicita *pela ordem* ou não?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Estou só ouvindo o senhor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ok. Primeiro orador inscrito, Deputado Soldado Fruet.

PEQUENO EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^{os} Deputados: Soldado Fruet; Mabel Canto; Luciana Rafagnin; Boca Aberta Junior; Requião Filho; e Alexandre Amaro.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, meus irmãos das Forças de Segurança do nosso Estado, senhoras e senhores que acompanham o nosso trabalho na Assembleia Legislativa pelas nossas redes sociais. Estava ali fora com os meus colegas, meus irmãos de farda, meus coirmãos da Polícia Civil, e escutava o velho ditado: *Mas, Deputado, é melhor pingar do que secar*. Claro que esse ditado não deveria ser aplicado a pessoas que dão suas vidas pelo próximo. Evidentemente que os projetos enviados pelo Governador, que o senhor acabou de ler aí, é um alento aos policiais, pois no desespero que estamos, que se encontram, qualquer real já ajuda, Sr. Presidente. Apesar de esse valor estar realmente muito longe do ideal, o momento hoje é de agradecer, agradecer aos inativos da Polícia Militar do Estado do Paraná, os nossos guerreiros veteranos, que foram os primeiros a se levantar e organizar um movimento que tomou proporção merecida, trazendo os PMs da ativa e na sequência os nossos irmãos, coirmãos, policiais civis. Não foram as conversas, Sr. Presidente, de bastidores que resolveram isso, não fui eu, não foi nenhum Deputado, não foram os tais dos *santos milagrosos*, quem resolveu isso foram os próprios policiais militares e civis, que de forma organizada impuseram ao Governador a necessidade de conversar, impuseram. O Governador abriu os seus ouvidos ao clamor dos policiais e esperamos que não feche mais, que as necessidades dos servidores públicos não sejam mais

rejeitadas e, sim, sejam respeitadas, pois são eles que tocam o nosso Estado, e sem eles o Governo não existe, para. Não precisávamos ter chegado a esse ponto de tantas manifestações pelo Estado do Paraná afora, tudo isso poderia ser resolvido se o Governador tivesse ouvido os policiais nos últimos anos do seu mandato. Lamento que interesseiros tenham criado tantas expectativas em nossos irmãos, defendendo que nos bastidores tudo se resolveria e divulgando tabelas com valores muito superiores do que vemos hoje, criando uma falsa esperança em nossos policiais, mas mentiras e ilusões, uma hora ou outra, *caem por terra* e quem as cria, cai em descrédito. De batalha em batalha se vence uma guerra. Hoje os nossos policiais militares, bombeiros militares e civis merecem os parabéns por essa vitória, mas não vamos perder o foco, porque no final temos que ganhar essa guerra, pois muitos direitos foram cassados dos policiais, Sr. Presidente, e mesmo com a nova tabela de subsídio persiste, sim, uma grande diferença entre as reposições atrasadas. Então, Sr. Presidente, quero agradecer imensamente a esses guerreiros, esses veteranos que foram para a luta, foram para a batalha e conseguiram essa vitória hoje aqui, mas fica aqui um sentimento de tristeza, Sr. Presidente, porque poderíamos ter tempo de discutir esses valores, mas a covardia do Governo é muito grande, covarde esse Governo por mandar em cima da hora, deixando aqui nós, Deputados, *de mãos atadas*. Temos que aceitar o que vier, não temos tempo hábil de discussão, valores que mexem com a família inteira, são projetos que mexem com a família inteira de vários policiais, bombeiros, policiais civis, servidores públicos, e infelizmente nós, representantes do povo, não vamos ter tempo hábil de discussão, talvez de emenda, de questionamento de alguns dados que vêm a esse Projeto. Por quê? Porque o Governador, após três anos de mandato, mais esse tempo de janeiro para cá, simplesmente mandou em cima da hora, nos 48 do segundo tempo, sem termos o tempo hábil de discussão ou até de emendas e tudo mais aí. Então, fica aí essa minha fala, essa minha revolta, e dados que temos, não temos a tabela ainda, temos, assim, uma nota oficial de imprensa do Governo que montamos o nosso discurso em cima dessa nota de imprensa, que nem Projeto temos ainda. Então,

fica aí, Sr. Presidente, parabéns aos guerreiros, parabéns os veteranos... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Senhor Presidente, vencemos uma batalha, pessoal, mas ainda estamos em guerra, estamos juntos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Para sua informação, Deputado, dentro de 15 ou 20 minutos os projetos já estarão disponibilizados a todos os Sr.^s Deputados. Estão sendo digitalizados. Com a palavra, Deputada Mabel Canto.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSC): Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde às colegas Deputadas, aos colegas Deputados, a todos que nos assistem pela *TV Assembleia* e pelas redes sociais. Hoje vamos iniciar aqui a votação do Projeto de Lei n.º 388/20, que garante a presença das doulas nas maternidades e hospitais do Estado do Paraná. Esse foi um Projeto que protocolamos com os Deputados Goura e Gilson de Souza e que terá coautoria também das Deputadas Cristina Silvestri e Luciana Rafagnin – inclusive hoje aqui estão acompanhando a primeira votação a Patrícia Teixeira, que é Vice-Presidente da Associação de Doulas de Curitiba e Região Metropolitana, e a Felicitas, que também é membro do Conselho de Ética da Associação, e ambas são doulas, as pioneiras na doulagem aqui em Curitiba e Região Metropolitana. Desde o início do mandato, temos buscado ampliar o direito das mulheres, em especial das gestantes, das parturientes e já aprovamos aqui outros Projetos nesta temática, inclusive o Projeto de minha autoria, da Lei do Parto Adequado, que garante a escolha de parte para as gestantes de risco habitual no Paraná. A garantia da presença das doulas nas maternidades e hospitais do Estado do Paraná consolida o exercício da profissão para essas profissionais e, além disso, garante mais tranquilidade para as parturientes, além de um atendimento ainda mais humanizado. Infelizmente as gestantes, as parturientes ainda encontram dificuldades para ter uma doula ao seu

lado em alguns hospitais e maternidades aqui do Paraná, isso porque muitos desses estabelecimentos, desses hospitais fazem com que as parturientes tenham que escolher entre a presença do acompanhante, que é garantida por uma lei federal, ou então a presença da doula e isso não está correto, porque a função da doula é técnica, ela vem para trazer tranquilidade para a parturiente e ao acompanhante a função é outra. Além disso, a presença da doula inibe condutas violentas durante o parto. Há poucos dias discutimos em uma Audiência Pública sobre o combate à violência obstétrica formas de impedir que essa violência aconteça contra as nossas gestantes e parturientes aqui no nosso Estado e não tenho a menor dúvida de que a presença, o acompanhamento das doulas no momento do pré, do pós e durante o parto inibe condutas criminosas de violência obstétrica contra as nossas gestantes e parturientes, além disso, inibe condutas injustificadas, métodos invasivos e desnecessários e contribui para a boa evolução do trabalho de parto. O nosso objetivo é o nascer bem e não tenho a menor dúvida de que a presença das doulas durante o parto, durante o pré, durante o parto e durante o pós-parto faz parte desse nascer bem que todos queremos para os futuros paranaenses aqui no nosso Estado. Era isso, Sr. Presidente. Quero agradecer a todos e pedir então aos Deputados e às Deputadas que hoje aprovemos este Projeto de Lei em 1.ª Discussão. Obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Próxima oradora, Deputada Luciana Rafagnin.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, cumprimentar todos que acompanham esta Sessão. Neste momento, Sr. Presidente, quero, de maneira bem especial, agradecer à Deputada Mabel e parabenizar a Deputada Mabel, o Deputado Goura e o Deputado Gilson pela iniciativa desse Projeto que a Deputada Mabel acabou de mencionar, a importância do Projeto de Lei n.º 388/2020, que vamos votar, o Item 7 da pauta de hoje, que vamos votar nesta tarde, que é um Projeto extremamente importante e quero agradecer porque estou também assinando como coautora e sabemos da importância que é este Projeto para as mulheres do Estado do Paraná, para as

futuras mães que vão poder contar, sim, por meio da lei aprovada, por meio da lei sancionada, vão poder contar, sim, com a presença das doulas. Sabemos e a Deputada Mabel mencionou muito bem aqui o que significa ter autorização de as doulas poderem acompanhar o parto. É um momento muito importante da mulher, o momento em que a mulher vai dar à luz, vai ter o seu bebê, é muito importante que ela esteja tranquila e que esteja então acompanhada pela doula. Sabemos que a doula tem esse papel importante de garantir o suporte emocional da mulher no momento em que ela mais precisa desse apoio. Então, trazer a tranquilidade, ajudar a evitar a violência obstétrica, que com certeza a presença da doula vai evitar a violência obstétrica, que é aquilo que estamos vendo, infelizmente ainda vemos muito acontecer no nosso Estado do Paraná e no nosso País. Então, a partir do momento em que tivermos a lei, temos a certeza de que as mulheres vão poder, sim, estar mais tranquilas e também a tranquilidade de as doulas estarem amparadas pela lei e poderem, sim, acompanhar o parto sem a tirar a vaga ou a vez do acompanhante. E é claro que estamos falando aqui da importância das doulas acompanhando os partos não significa que não vai ter a equipe profissional ou que vai substituir a equipe profissional; vai continuar tendo toda a equipe profissional de saúde, mas vai também poder acompanhar e trazer então esse suporte mais emocional a todas as mulheres neste momento importante da mulher que é o momento do parto. Então, quero parabenizar a Deputada Mabel pela iniciativa e agradecer por poder assinar este importante Projeto que tenho certeza de que vai, sim, fazer com que no Estado do Paraná possamos ter cada vez mais o nascer bem no Paraná. E quero também, Sr. Presidente, falar aqui que hoje pela manhã aconteceu uma mobilização de alunos, de pais e de professores junto a um colégio do município Francisco Beltrão e nesse colégio houve muitos pais, muitos alunos, muitos professores participando devido a um protesto que já vem ocorrendo – estou falando neste momento que ocorreu em Francisco Beltrão no dia de hoje, mas também vimos acompanhando, esses protestos vêm acontecendo em várias regiões do nosso Estado do Paraná, que é contra o novo modelo de ensino médio que o Governador Ratinho está implantando, que é este novo modelo que tem o contrato já aqui questionado pela nossa bancada, esse

contrato feito com a Unicesumar. E nesse contrato estamos questionando, além dos valores, a forma como está se dando esse novo ensino médio, principalmente os ensinos técnicos, que são no modelo remoto. Sabemos que no ano passado foram demitidos muitos professores, professores especializados e que neste ano então houve esse contrato, ou seja, ainda no final do ano passado, um contrato com a Unicesumar. O Governo do Estado demitiu professores, demitiu profissionais da educação e contratou então uma universidade particular para dar os cursos de maneira remota, ou seja, retira o professor das salas de aula e coloca uma televisão. Sabemos que foi necessário no momento da pandemia o ensino remoto, mas não estamos mais tendo o ensino remoto, hoje o ensino está presencial e sabemos que já na época os cursos profissionalizantes foram prejudicados porque não poderiam ter a questão de ter diretamente os cursos serem... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputada Luciana, por favor, para concluir.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): No momento, sabemos que os cursos profissionalizantes foram prejudicados por não ter o acompanhamento do profissional presencial. Nesse sentido é que hoje os pais protestam e não querem o ensino a distância, não querem esse sistema remoto para os seus filhos. Então, nos colégios, os professores, os pais e os alunos estão se mobilizando e estamos encaminhando um ofício ao Secretário Renato Feder solicitando o cancelamento desse contrato com a Unicesumar porque não queremos essa nova forma de ensino médio para os alunos do Estado paranaense. Não queremos! Queremos, sim, que os alunos sejam profissionais e para serem profissionais eles não podem ter um curso simplesmente a distância, o Governo pagando e pagando um valor altíssimo por esses cursos que estão sendo dados, mas sem qualidade para... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputada, seu tempo encerrou. Próximo orador, Deputado Boca Aberta Junior.

DEPUTADO BOCA ABERTA JUNIOR (PROS): Boa tarde, Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, Mesa Diretora e todo o público que nos acompanha pela *TV Assembleia* e pelas mídias sociais. Senhor Presidente, o motivo do meu pronunciamento hoje é até dar publicidade ao nosso trabalho, e uma forma também de prestar contas, Deputados, a toda população que nos depositou o voto de confiança. O voto de confiança na família Boca Aberta, no Deputado Federal Boca Aberta, no Deputado Estadual aqui falando, Boca Aberta Junior, de todos os recursos que temos encaminhado a diversos municípios, a diversas áreas, nesses quase três anos e meio de mandato. Foram inúmeros recursos, muito dinheiro depositado nas contas das Prefeituras, que tenho a certeza de que veio em muito boa hora. A maioria desses recursos voltados para a área da saúde, principalmente pelo momento que vivemos, atravessamos ainda, de pandemia, e tenho certeza de que foram muito bem aplicados e utilizados para melhorar a saúde da população paranaense. Começo aqui, tenho uma lista extensa, peço até paciência aos Sr.^s Deputados: Alvorada do Sul, 370 mil, já dinheiro depositado na conta da Prefeitura; Andirá, 200 mil; Apucarana, R\$ 1 milhão e 500 mil; Arapongas, R\$ 1 milhão e 600 mil; Assaí, 970 mil; Astorga, 370 mil; Bandeirantes, 670 mil; Bela Vista do Paraíso, 1 milhão 470 mil; Borrazópolis, 200 mil; Cafeara, 200 mil; Cambará, 170 mil; Cambé, R\$ 3 milhões 260 mil. Todos esses recursos que vou citar aqui já são recursos depositados nas contas das Prefeituras, não tem nada pendente de liberação, tudo recurso pago já na conta para o Prefeito utilizar. Continuando aqui: Centenário do Sul, 281 mil; Colorado, meio milhão; Congonhinhas, 560 mil; Cornélio Procopio, 5 milhões e meio; Faxinal, 200 mil; Florestópolis, 320 mil; Goioerê, R\$ 200 mil. Dando sequência aqui: Guapirama, 150 mil; Guaraci, 200 mil; Ibaiti, 417 mil; Ibiporã, 2 milhões 840 mil; Imbaú, 290 mil; Itambaracá, 200 mil; Ivaiporã, 200 mil; Jacarezinho, 430 mil; Jaguapitã, 330 mil; Jandaia do Sul, 200 mil; Jardim Alegre, 200 mil; Jataizinho, R\$ 2 milhões 120 mil, depositados já na conta do município; Leópolis, mais R\$ 200 mil; Lobato, R\$ 82 mil; Lupionópolis, 200 mil; Mandaguari, R\$ 585 mil liberados, mais um milhão e meio para Prefeita fazer o desvio da estrada do pedágio do município; Marialva, 151 mil; Marilândia do Sul, 232 mil; Matinhos, 170 mil; Mauá da Serra, 150 mil;

Nova América da Colina, 50 mil. Infelizmente, o município atingiu o teto, não pôde receber os 200 mil, recebeu R\$ 50 mil, mas encaminhamos 200 mil. Nova Fátima, R\$ 720 mil; Novo Itacolomi, 150 mil; Ortigueira, R\$ 610 mil; Nova Santa Bárbara, R\$ 1 milhão; Paçandu, R\$ 200 mil; Paranavaí, R\$ 200 mil; Pinhalão, 380; Porecatu, R\$ 1 milhão 450 mil. A lista é extensa aqui, Sr. Presidente. Prado Ferreira, 251 mil; Primeiro de Maio, 600 mil; Rancho Alegre, 90 mil; Rio Branco do Ivaí, 426 mil; Rolândia, R\$ 2 milhões 390 mil. Todos esses recursos, Deputados, já estão depositados, como disse aqui e volto a frisar, na conta das Prefeituras, para serem aplicados aí mais de 80% aí para área da saúde. Também tem subsídio de transporte municipal, tem a área de educação, segurança, habitação. Continuamos aqui: Roncador, R\$ 200 mil; Santa Cecília do Pavão, 310 mil; Santa Mariana, 80 mil; Santana do Itararé, 139 mil; Santo Antônio da Platina, 500 mil; Santo Antônio do Paraíso, 330 mil; Sarandi (nosso grande parceiro, o Ivan, um abraço), 670 mil; São Carlos do Ivaí, 170 mil; São Jerônimo da Serra, R\$ 450 mil; São João do Caiuá, 170 mil; São João do Ivaí, meio milhão; São José da Boa Vista, 360 mil. É dinheiro demais, hein, Deputados, pelo amor de Deus, e por aí vai, Sr. Presidente. Finalizando aqui a lista: São Sebastião da Amoreira, 700 mil; Sertanópolis, R\$ 970 mil (todos já depositados); Siqueira Campos, 640 mil (que aqui só estou falando de recurso depositado). A família Boca Aberta só vai à cidade fazer a entrega do recurso com o Prefeito, tudo isso vocês podem conferir nas nossas redes sociais. Quando o dinheiro está depositado na conta da Prefeitura, com a confirmação do Prefeito, que conseguimos monitorar desde a saída da origem do dinheiro até o destino final. E aí terminamos, finalizamos com Tamarana, R\$ 750 mil; Tibagi, 641 mil; Toledo, 200 mil; Ubatuba, 370 mil; Uraí, 244 mil; Ventania, 630 mil; e Londrina, Londrina, nossa querida e amada Londrina... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Boca, por favor, um minuto para concluir.

DEPUTADO BOCA ABERTA JUNIOR (PROS): Para concluir, Sr. Presidente. É muito dinheiro aqui, precisava de mais uns cinco minutos para terminar tudo, 1.º

Secretário. E, para concluir, a nossa querida cidade e amada Londrina, que foi destinado lá mais de R\$ 8 milhões para Londrina. Todos esses recursos que eu disse é até uma forma de a família Boca Aberta prestar contas do nosso trabalho, uma forma de dar também publicidade ao nosso trabalho aqui, Deputado Gugu Bueno, mais de R\$ 70 milhões liberados, grande Deputada Mabel Canto, para todo o nosso Paraná. Como disse aqui, são mais de 60 municípios, perdão, e mais de R\$ 70 milhões já depositados, distribuídos para todo o nosso Paraná. Tenho certeza de que esse dinheiro vem para melhorar ainda mais a qualidade de vida da população do nosso Estado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Próximo orador, Deputado Requião Filho.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Senhor Presidente, caros Deputados, mais uma vez na tribuna preocupado com a propaganda *versus* a realidade. Vem aí a nova tabela e as contas serão muitas e ficará muito aquém do que foi prometido e ficará muito aquém do que os policiais merecem, mas o discurso e a propaganda vão ficar bonitos. Tenho certeza de que na televisão vai parecer uma revolução, porque propaganda o Governo faz bem, mas assim como as escalas extras que eram 10 por mês para os policiais e eles conseguem o máximo de três, quando conseguem, você puxa de um lado e descobre do outro. A preocupação apenas com a propaganda e a distância da realidade prejudica e muito o Estado. Soldado Fruet conversava comigo preocupado que se apresentarmos emendas pode atrasar o Projeto e ele pode não acontecer. Então, é na base da ameaça, meu querido amigo Fruet. Se vocês tentarem melhorar não passa, não dá tempo. Por que não apresentaram antes? Faz tempo que estão trabalhando com isso, Deputada Mabel, muito tempo. Foi na pressão. E está aqui o pessoal da saúde, ficou de fora, talvez porque não consiga fazer manifestação. Está aqui o pessoal do Detran, que diz que vai chegar, mas se não dá tempo, de que adianta chegar? Se temos que votar no afogadilho agora dos policiais, vai chegar quando do Detran? O engraçado é que a Mensagem chegou hoje cedo na Assembleia e ninguém ainda teve acesso, ainda está digitalizando. Esperava um pouquinho

mais da DL. Mas, meus amigos, puxa de um lado, descobre do outro, e ouvi um discurso do Governador em uma filiação do seu partido, onde ele dizia: *Quero debater com eles!* Ratinho Junior, quando fomos votar a data-base aqui com a Cida, que você era Deputado, na hora de votar a data-base, na hora que a *porca torceu o rabo*, você saiu correndo do Plenário. Você pode ter muitas qualidades, coragem não é uma delas. Meus queridos, vamos falar de *fake news* também que tem entrado muito nos discursos. O Governador se vitimiza, diz que ele sofre *fake news*, mas os grupos de *WhatsApp*, os vídeos montados, boletins de ocorrência falsos, coisas absurdas, do mais baixo nível, surgem da onde? De comissionados, em grupos de *WhatsApp*, atacando de forma vil os opositores do Governador. Não vi em nenhum grupo *fake news* vindo da Oposição, mas da Situação, nos grupos de *WhatsApp*, são muitas, e os processos estão vindo. Vocês que estão trabalhando comissionados e colocando *fake news* nas redes, preparem já e separem o dinheiro do advogado, porque o processo vem para cada um de vocês. E queria agradecer à Casa Civil, ao Ortega, enquanto posso, de ter dado e estar dando muita audiência às minhas *lives*, Gugu Bueno. Cada *live*, cada entrevista que faço, o pessoal da Casa Civil recebe o *link* para participar, e isso nos dá mídia, e tenho certeza de que já convenci até alguns comissionados a votar em mim. Então, quero agradecer ao Ortega e ao pessoal da Casa Civil, e fico à disposição para um debate onde e quando quiserem. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Senhores Deputados e Deputadas, gostaria de fazer um apelo. Ainda temos o Alexandre Amaro para falar, se os demais pudessem abrir mão hoje das falas, até porque precisamos ter a reunião da CCJ e mais duas Comissões hoje ainda. Então, gostaria de ter a compreensão. Deputado Ricardo Arruda abre mão da fala. O Deputado Amaro agora. Encerro com o Deputado Alexandre Amaro, Professor Lemos e Tadeu, depois as duas Lideranças.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REPUBLICA): Boa tarde, Sr. Presidente. O senhor me ouve bem?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ok.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REPUB): Senhor Presidente, agradeço aí a oportunidade, quero ser bem breve, pois estou aqui em Londrina hoje onde estou me dirigindo agora ao velório de um grande amigo, um grande irmão, o Pastor Marcos Guerra. Quero deixar registrado nesta Casa. Uma pessoa do bem, que aqui em Londrina fez um excelente trabalho em favor de toda a população londrinense, 20 anos de amizade. Ontem ele faleceu de um infarto fulminante aos 45 anos. Coisas que ninguém entende, não é? Então, quero aqui deixar minha solidariedade a toda à família, aos filhos, à esposa Valéria, que ajudaram tanto o Marcos nessa luta. Ia falar hoje do meu Projeto, Sr. Presidente, que volta ao Plenário, este Projeto que vai ajudar muito os nossos atletas e paratletas, não é? Quero agradecer ao Líder do Governo, Hussein Bakri, que construímos juntos esse Substitutivo, com a nossa assessoria. Esse Projeto que vai fazer com que os atletas e paratletas paranaenses tenham esse valor para que possam então fazer aí as suas viagens, as milhas solidárias, não é? Fizemos aí juntos esse substitutivo, junto à nossa assessoria, ao Hussein, para que as instituições permaneçam com essas transferências de valores e tenham aí como fazer por meio das pessoas físicas e jurídicas, elas possam ter esse valor destinado ao que eles vão fazer: viajar. Cansamos de ver aí muitos de nossos atletas, infelizmente, vendendo as coisas no farol, eles fazendo aí rifas e *vaquinhas* para poder viajar. E esse Projeto vem para agregar, vem para ajudar. Esse Projeto vem para defender o esporte. Temos o esporte como uma ferramenta e todos que trabalham com ele têm uma ferramenta de inclusão social, de grande trabalho a ser feito pelo nosso Estado do Paraná. Então, agradeço, mais uma vez, ao Ortega, ao Secretário Ortega que esteve conosco na reunião, ao Gugu Bueno, também, que esteve conosco. Agradeço ao Guto que estava conosco aí na primeira... Esse Projeto é de 2019. Já foi muito debatido. A todos os nossos amigos da CCJ que tanto trabalharam para que esse Projeto se tornasse hoje uma realidade. Então, quero pedir a todos os nobres amigos e colegas que tenhamos esse voto favorável, agora em 2.^a Discussão, para que possamos aprovar esse Projeto para tanto quanto mais rápido o Governador sancioná-lo, para que assim os nossos atletas

possam desfrutar dessas milhas e dessas doações também que foram inseridas agora, e que as pessoas possam fazer isso para que os nossos atletas, os atletas paranaenses tenham cada vez mais êxito e mais vitórias. Bom, da minha parte era isso, Presidente. Quero pedir o voto “*sim*” de todos os nossos nobres Parlamentares. Um dia triste para mim por perder um grande amigo e um dia feliz na Assembleia Legislativa por aprovarmos um ótimo Projeto. Muito obrigado. Deus abençoe a todos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Amaro, encerrou a sua fala? Então, vamos ao horário do Grande Expediente, Deputado Professor Lemos.

GRANDE EXPEDIENTE: Usou da palavra o Sr. Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputados, quero cumprimentar todos e todas, ao tempo em que cumprimento a população que acompanha a nossa Sessão. Aqui também presente representantes dos servidores, do Fórum dos Servidores. Vejo aqui o Ricardo, a Valquíria, também presente aqui a Olga e demais lideranças representando o Fórum dos Servidores. E lá fora já estamos acompanhando servidores, tanto civis, como policiais civis, como policiais penais, como policiais militares, bombeiros e policiais militares, acampados, inclusive os militares já faz tempo. E chegaram hoje, então, quatro projetos. Infelizmente, o Governo não trata com o devido cuidado e o respeito necessário os servidores do Estado do Paraná. Senão vejamos: o Projeto que trata do subsídio tanto da Polícia Militar como da Civil, ele fica muito a desejar. E os da reserva? E os aposentados? Como ficam? Então, é preciso rever. É preciso rever, não pode ser assim. Não tratou devidamente com quem estava, por exemplo, acampado. Então, precisa tratar com mais cuidado os servidores e, neste caso aqui, o pessoal militar, especialmente os Praças, porque se não fosse a luta dos servidores, o Governo não tinha encaminhado absolutamente nada. Então, isso é fruto da luta dos servidores, tanto civis quanto militares, mas ainda é insuficiente. Vejam aqui os

demais projetos que tratam, por exemplo, do quadro próprio do Poder Executivo, que é o QPPE e do servidor da saúde, que é um auxílio-alimentação, que também não atinge os aposentados. E também não atinge os demais servidores do Executivo. E aqui são milhares de servidores. Vamos olhar para o IDR, para Secretaria da Agricultura, do Meio Ambiente, do DER, da Educação e os aposentados também ficaram de fora e mesmo os da ativa das demais categorias do Poder Executivo. E assim vamos olhando os projetos. Eles deixam muito a desejar. E a data-base? Aqueles 3% que foram consignados no salário de janeiro para os servidores do Poder Executivo não dá nem metade da inflação para esta data-base, que é 1.º de maio. A inflação prevista é 11,31%. Então, aquele 3% está faltando mais de 8%. E o Governo pode e deve repor a inflação da data-base mesmo no ano eleitoral. A data-base dos servidores é 1.º de maio. Por que não mandou para cá também um Projeto para pagar a diferença desses 11,31% da inflação do último ano? Que é o que ele pode pagar em período eleitoral, porque já estamos no ano eleitoral. Então, está faltando. Por isso a Oposição fez requerimento, já aprovado aqui nesta Casa na semana passada, assim que o Governo anunciou que iria mandar projetos para reformular a carreira, a Oposição já encaminhou um requerimento ao Governador que estenda a todos os servidores. Que não crie alguma coisa, como uma gratificação para uma parte dos servidores, excluindo outra parte. Então, foi fruto da luta dos servidores, mas ainda é insuficiente para atender àquilo de que a legislação nossa dispõe. Temos consignado na Constituição Federal, na Constituição do Estado do Paraná que, no mínimo, uma vez por ano na data-base tem que corrigir pagando, pelo menos, a inflação para manter o poder de compra dos servidores e dos trabalhadores, de um modo geral, no Brasil e no Paraná. E o Governo não tem respeitado isso. Então, se olharmos a inflação no acumulado, ela passa de 35%. Então, só do último período dá 11,31%. Então, o Governo está devendo e precisa pagar os trabalhadores do serviço público, sejam policiais militares, bombeiros militares, sejam policiais civis, sejam os demais servidores do Estado do Paraná, tanto da ativa quanto aposentados. Então, não dá para concordar com essas exclusões

que o Governo vem fazendo, deixando de fora a maioria dos servidores do Estado do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Acabam de chegar aqui à Mesa outras duas mensagens do Governo. O Deputado Romanelli está no Plenário, vou fazer a leitura aqui com a sua concordância.

Mensagem n.º 18/2022 do Governador do Estado. Nos termos do art. 65, 66 da Constituição do Estado do Paraná, submeto à deliberação de V.Ex.^a o texto do Projeto de Lei Complementar **(autuado sob o n.º 3/2022)** que objetiva alterar a Lei Complementar n.º 131, de 29 de setembro de 2010, que dispõe sobre a carreira do auditor fiscal da Receita Estadual do Paraná. Outra mensagem também, Mensagem n.º 19/2022 do Governador do Estado. Projeto de Lei **(autuado sob o n.º 109/2022)** que objetiva instituir a indenização pela disponibilidade do veículo próprio destinada a ressarcir despesas de locomoção pela disponibilização de veículo próprio no desempenho da atividade do ocupante do cargo de auditor fiscal da Receita Estadual no exercício de sua função. Encaminha-se ao Departamento Legislativo e à CCJ para a devida apreciação.

Com a palavra, Deputado Tadeu Veneri.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Tadeu Veneri (PT); Hussein Bakri (Governo); e Arilson Chiorato (Oposição).

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas. Venho a esta tribuna, Sr. Presidente, porque temos ouvido, praticamente todo o tempo, que o Governo Federal, aos quatro ventos, apregoa que neste governo não há nenhum caso de corrupção, não há caso de malversação de recursos, não há tráfico de influência, como, segundo este governo, havia em governos anteriores. Quando vemos, Professor Lemos, o Ministro da Educação, aquele que diz que as pessoas portadoras de deficiência atrapalham o ensino, que a universidade não foi feita para todos, que temos que estreitar o caminho de acesso à educação pública; quando vemos que esse

mesmo Ministro Milton está envolvido, com seu gabinete paralelo de pastores, em um escândalo que até agora não foi investigado pela Polícia Federal, não foi investigado absolutamente por ninguém, mas, segundo os jornais, tanto *Folha de São Paulo*, jornal *O Globo*, *Estado de São Paulo*, os principais jornais do Brasil, havia um gabinete, ou há um gabinete no Ministério da Educação, que decidia para onde iriam os recursos do Ministério da Educação desde que pagassem um pedágio determinado por dois outros pastores que estavam sempre naquele Ministério. Esse escândalo é tão vergonhoso, Sr. Presidente, por ser com a Educação, que nos perguntamos, se em qualquer outro governo tivéssemos duas pessoas que falavam em nome do Ministro, que se diziam pastores de determinadas igrejas, aliás, faço aqui um parêntese, a igreja à qual pertence o Ministro, a Igreja Presbiteriana, tem uma nota muito dura hoje ressaltando que em nenhum momento apoia qualquer tipo de ato de corrupção. A Igreja Presbiteriana não só discorda do Ministro, como não se vê representada por ele e não entende que gabinetes paralelos feitos por pastores devam ter legalidade, legitimidade ou qualquer tipo de ação para distribuição de verbas. Falando o português bem claro, estão roubando dentro do Ministério da Educação. Estão roubando nos narizes daqueles que sempre disseram que neste governo não havia corrupção. Não há corrupção porque toda vez que se investiga, mudam, Deputado Lemos, o delegado que estava investigando. Não há corrupção porque toda vez que há uma denúncia, a denúncia é abafada, porque não interessa que se apure. Ou não foi assim com o filho do Presidente? Ou não foi assim com o caso Marielle? Ou não está sendo assim agora com o Ministro, que ontem disse o Presidente: *Que errar é humano e que as pessoas podem ter uma segunda chance*. Ora, que segunda chance? Para roubar de novo? É isso? Que segunda chance? Onde um pastor diz quer uma barra de ouro para receber em troca disso dinheiro de emendas para ele poder distribuir. Agora, o que me chama a atenção é que esse Ministro não tem partido político. Os próprios, Deputado Pacheco, pastores que estão lá não têm partido político, porque a imprensa não põe quais são os partidos. A imprensa não diz a quem estão vinculados. A imprensa não diz que aqueles pastores que estão relacionados, alguns com a Assembleia inclusive, e a Assembleia também tem

uma nota com a Presbiteriana e a Presbiteriana tem uma nota, mas parece que, quando não se trata de partido “A”, “B” ou “C”, essas pessoas não têm denominação nenhuma. Nem religiosa, nem política, nem nada. *Caíram do céu*, resolveram sentar naquela cadeira e lá ficaram, como se, Deputado Evandro, as coisas que acontecessem anteriormente fossem ligadas a uma determinada denominação religiosa e não a essas. Faço esse registro porque é vergonhoso que não tenhamos uma única manifestação do Presidente da República com relação à investigação do seu Ministro envolvido em corrupção. Do seu Ministro envolvido, e não é de hoje, em venda de emendas parlamentares que deveriam ser emendas parlamentares, mas são emendas feitas para determinadas cidades. E aí, é claro, que não há corrupção. Por que não há corrupção? Porque acabaram, simplesmente, com as investigações. Espero, não só a demissão do Ministro, a sua exoneração, mas espero, principalmente, a investigação e que ela aponte rigorosamente se são verdadeiras as denúncias ou não, porque não se pode, *a priori*, fazer acusação sem que essas investigações tenham sido feitas. Se verdadeiras, quais as medidas que serão tomadas? Porque não é possível, Sr. Presidente, que nós que somos Deputados, Vereadores, Senadores, todos os dias temos todo tipo de acusação. Agora, quando é um gabinete paralelo parece que as coisas acontecem e nada, absolutamente nada, precisa ser apurado. Que tenhamos apuração. E, se houver confirmação, que tenha punição conforme prevê a legislação. E que não fiquemos passando pano para ninguém, porque falei, muitas vezes aqui, Deputado Romanelli, que o Partido dos Trabalhadores, muitas vezes, foi acusado, e, muitas vezes, foi duramente punido pelos seus erros e pelos seus acertos. Agora parece que hoje o PL, não tem ninguém no PL. O PSL, não tem ninguém no PSL. Os partidos não têm mais denominação. O Presidente da República não fala. E não estou falando que os Deputados destes ou daqueles partidos são responsáveis pelos atos errados que cometem pessoas dos seus partidos, mas a impressão que dá é que só um ou outro partido que, de fato, no nosso caso o PT, que, de fato, deve ser colocado como PT. Talvez por ter 24% de aceitação e reconhecimento da população, sendo o segundo partido o PMDB, hoje MDB, que tem 2%. Faço mais uma consideração aqui, Sr. Presidente, também,

estamos acompanhando, todos os dias, manifestações, Professor Lemos, de alunos que não aceitam mais a falcatrúia das aulas da Unicesumar. Falcatrúia, porque são aulas que não têm monitor, são aulas sequenciais, muitas vezes, de cinco horas. Aí me perguntei: afinal, quem é Unicesumar? A Unicesumar, para quem não sabe, foi vendida, a Unicesumar em Maringá, foi vendida para Vitro Educação, que controla o Centro Universitário Leonardo da Vinci, Uniasselvi, em Indaial. Aí algumas pessoas me perguntaram: Como que uma universidade de Indaial tem 3,5 bilhões para comprar a Unicesumar? Acontece que a Indaial é só o nome fantasia também da Uniasselvi. O verdadeiro dono da Uniasselvi é Vitro Limited, uma empresa que é um fundo de investimento norte-americano, com uma subsidiária da Vitro Brasil Empreendimentos Participações e Comércio S.A., com ações no *site* da Nasdaq, que é Bolsa Americana, e aqui com ações na Bolsa de Valores do Brasil. O que quer dizer o seguinte: essa empresa Vitro tem como principal objetivo lucro. Só lucro. Aí o Governador Ratinho contrata uma empresa que só pretende ter lucro por um valor bastante significativo. E o que essa empresa faz, Deputado Requião? Aumenta o seu lucro. Simplesmente aumenta o seu lucro. Fizemos o pedido de informações aqui, aliás transformado em expediente, vai, provavelmente, chegar em alguns dias a resposta, para termos acesso ao contrato. Agora, não poderia dar outra coisa. Tínhamos um programa que tinha sido desenvolvido, por exemplo, pelos professores estaduais para fazer a disciplina de desenvolvimento de sistemas, que está prevista no novo ensino médio. Aí você contrata uma empresa privada. Aí a empresa privada vamos saber que foi vendida para uma empresa de Indaial por 3,5 bilhões. Nossa, empresa de Indaial com 3,5 bilhões na área da educação deve ser grande. Aí você vai ver a empresa de Indaial nada mais, nada menos é do que uma empresa americana, que usa a empresa de Indaial como porta de entrada para comprar empresas brasileiras na área de ensino. Fico me perguntando: ainda há tempo, Governador Ratinho, para rescindir o contrato. Ainda há tempo de fazer com que nossos alunos tenham, de fato, como vimos lá em União da Vitória, com o Deputado Hussein, uma educação de qualidade. Uma educação que permitiu, inclusive parabenizo o Deputado Hussein também pelo trabalho que fez, que tenhamos o

curso de Direito em União da Vitória, mas não será por meio da Vitro da vida que vamos ter esse tipo de trabalho, porque a Vitro, volto a dizer... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Tadeu, para concluir.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): ... a Vitro é uma empresa que tem um único objetivo, único, lucro. Lucro em cima da redução de custos; lucro em cima do aumento de alunos; lucro em cima de colocar um monitor, Sr.^s Deputados, um monitor dentro da sala de aula para ganhar R\$ 296,00; lucro não colocando monitores; e lucro botando um professor para 700 alunos simultaneamente. Não é à toa que mais de sete municípios já os alunos estão se manifestando dizendo que não aceitam mais essas aulas da forma como estão sendo dadas, Deputado Hussein. E fizeram isso em Francisco Beltrão, fizeram em várias cidades do Paraná, dizendo o seguinte: *Televisão temos em casa, na escola queremos professor*. Espero, sinceramente, que o Governo possa rever esse contrato e colocar, de fato, a educação no Paraná no lugar que ela merece. Obrigado, Sr. Presidente e Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Liderança do Governo, Deputado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, demais colegas. Se tivesse que escolher uma música hoje iria escolher aquela: *ai, ai, ai, ai, está chegando a hora*. Para alegria de alguns e tristeza de outros, esta semana faço daqui meus últimos discursos, mas não vou falar disso hoje. Tenho mais alguns dias, mas vou falar disso amanhã ou quarta-feira. Deixar um abraço para todos. E dizer para os colegas, em primeiro lugar saudar o Deputado Veneri, tivemos nós dois em União da Vitória, terra que ele nasceu, eu também nasci, e graças a Deus teremos lá o curso de direito gratuito, uma luta muito antiga da nossa comunidade, fruto desse trabalho. E esse trabalho não tem cor partidária quando é para o benefício da sociedade. Lutamos e estão lá agora garantidas para a metade do ano 40 vagas na Unespar, motivo de regozijo e alegria. Vamos deixar nosso nome

marcado, pode ter certeza. Senhor Presidente e demais colegas, queria aqui hoje dizer que, prestem atenção no que vou falar. Trabalhamos, Presidente, a semana passada inteira, e V.Ex.^a é testemunha porque participou de algumas reuniões. Trabalhamos sábado, domingo, todos os dias, com a Fazenda, com todos os envolvidos. Se erramos ou acertamos, isso faz parte da vida. Prefiro pagar o preço, Deputado Marcio Pacheco e Deputados que aqui estão, de acertar ou errar, do que o preço da omissão. A omissão seria não ter vindo nada para cá. Essa, sim, seria a omissão, Deputado Romanelli, Presidente desta Casa. Essa seria a omissão. O Governo está fazendo no limite das suas possibilidades, dentro do que preceitua a Lei de Responsabilidade Fiscal, o esforço máximo e supremo para o reconhecimento das carreiras. É preciso dizer isso aqui, senão vão dizer que mil reais é pouco, não sei quanto é pouco, aí é opinião de cada um e eu respeito. Não quero me intrometer aqui no que vai dizer a Oposição, no que vão dizer os Independentes, é a opinião de cada um. Mas quero dizer uma coisa para vocês: aonde fui, onde passei, conversei na iminência de ser mil reais, oitocentos reais, os polícias militares agradeceram, até porque continuarão recebendo, Sr. Presidente, o vale-alimentação; continuarão tendo à sua disposição a possibilidade de fazer essa jornada. Como que não, mil reais não é muito? É sim, para aquele que ganha quatro, cinco mil reais. Vai melhorar a vida, sim. E quero dizer que vale também para os nossos policiais civis, Deputados, aquele lá da base, os investigadores, os papiloscopistas, enfim, todos eles terão esse acréscimo. Mas é hora de entender, Sr. Presidente, que tem que ver o sentido de colaboração dos que estão lá em cima. Os coronéis, os tenentes-coronéis, enfim, os delegados, todos têm que dar a sua contribuição. Não que eles não vão receber, vão receber um percentual menor, mas é preciso saber que a hora deles também vai chegar, mas que para que a hora deles chegue, Deputado Jacovós, que luta tanto, Deputado Fernando, a hora de delegados chegar, eles têm que ter a pauta limpa. A pauta limpa o que é? É fazer com que os da base estejam bem atendidos ou os que da base estejam satisfeitos, Deputado Jacovós. Vossa Excelência falou para mim e já levei ao Governador a questão do reenquadramento, do enquadramento, fazer com que sejam equiparados à

simetria com os procuradores e acho justo. O senhor vai ter um companheiro nessa luta, estando aqui ou não estando aqui, sendo esse ano ou sendo ano que vem, pode ter certeza. Quero dizer que ficaram de fora algumas carreiras: o Detran, que foi muito bem defendido aqui pelo Deputado Guerra, lutou muito para isso, será tratado em outro Projeto, Deputado Guerra, haverá um reenquadramento, tendo em vista não haver o impedimento da lei agora dia 2. O Detran pode ser tratado até julho. Vossa Excelência tem o compromisso do Governo de que será tratado dessa forma. O senhor que tem lutado muito por isso, o senhor pode contar com o nosso apoio.

Deputado Luiz Fernando Guerra (PSL): Obrigado, Líder Hussein. Tinha preparado inclusive uma emenda nesse sentido depois de conversar pela manhã com todo o pessoal do sindicato, mas acreditando na sua palavra que terá um Projeto de Lei próprio, é justo, é meritório e te agradeço.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): É. E terá, dessa forma, e os policiais penais terão um Projeto próprio para o reenquadramento, e recebo a informação do Palácio e foi questionado aqui por alguns Deputados em relação à questão das universidades. O Governo também está avaliando a possibilidade de fazer um reenquadramento para as universidades. Isso também, Sr. Presidente, não demandaria da possibilidade de fazer até agora, seria até metade do ano. Falei agora com o Secretário Ortega, existe essa possibilidade no escopo do Estado. Deputado, pediu aparte, Deputado Jacovós? Não? Então assim, gente, queria pedir a todos aqui: Deputado Romanelli, Deputado Traiano, Mesa que está aqui, a todos os Deputados que sempre demonstraram um extremo bom senso aqui dentro, todos. Evidentemente, gente, alguns podem divergir, alguns podem não concordar e é um direito de cada um. Agora, não se trata de *faca no pescoço*. Não se trata de *faca no pescoço*, Presidente, nada, cada um tem direito de fazer o que quiser. Mas o fato concreto é que precisamos encerrar esse processo até quarta-feira para que possamos ter ele validado para ter a sua eficácia em função da lei eleitoral. É verdade, não tem o que fazer. Agora... Ah, *demorou*. Mas, gente, *demorou mesmo*, mas é complexo, tem que ser revisado, todos os aspectos

ligados à Lei de Responsabilidade Fiscal, não é fácil. Agora está aqui, gente. Está aqui! É um anseio antigo de todas as classes, está aqui! Feito isso, vamos partir para outra etapa e acho que é uma conquista de todos que estamos aqui hoje, que viemos para essa tribuna, cobramos, batalhamos, lutamos e estamos com essa possibilidade na mão de ver esse Projeto aprovado. Então, ao finalizar, queria pedir o apoio de todos, na medida do possível que pudessem ajudar a entregar esses projetos aprovados na quarta-feira. Queria pedir esse apoio, nessa construção, para que os nossos funcionários possam ser atendidos. Deus abençoe a todos. Uma boa semana e muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Registro a presença na Casa dos Vereadores de Santa Izabel do Oeste, Sr.^a Deiser Pavanelo, Sr. João Antônio Scheneider e Adilson Gamla, por solicitação dos Deputados Paulo Litro e Nelson Luersen. Sejam bem-vindos. Último orador, pela Liderança da Oposição, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente Traiano, na figura de V.Ex.^a quero cumprimentar todos aqui presentes e falar um pouquinho sobre os Projetos de Leis que ingressaram nesta Casa: o 14, o 15, o 16, o 17. Mas, em especial, aqueles que tratam sobre a remuneração dos servidores. Um tema necessário de ser bem discutido. Hoje é dia 28 de março, estamos a exatos cinco dias para chegar a esgotar o prazo da Lei n.º 9504, que é a lei das eleições, que trata do aumento da reposição e outras coisas mais sobre servidores e gasto público no período eleitoral. A Assembleia voltou a funcionar em fevereiro, mas o Governo do Estado conseguiu mandar um Projeto para cá hoje. Hoje, quando falo hoje, às 14h30 de hoje lido nesta Mesa. Foram convocadas, Presidente Traiano, a Comissão de Finanças e Tributação ontem, para ocorrer em 24 horas após a convocação, ou seja, hoje às 5 da tarde. Mas não tinha Projeto. Foi convocada uma reunião sem um conteúdo do que possa ser discutido e estamos aqui. Essa lei, no nosso entendimento, precisa ser publicada até as 23h59 do dia 1.º de abril, para não deixar ainda mais insegura juridicamente, que são esses passos. Projetos importantes que virão com inseguranças jurídicas grandes. Isso tudo feito

sem diálogo com as representações dos servidores. Lembra-me muito o que aconteceu com os professores, com o aumento que, no fundo, não foi aumento. Vejo que no Projeto que trata da reestrutura do quadro das forças de segurança, e hoje infelizmente fiquei sabendo só por notícias de *blog* e da mídia tradicional que um soldado, por exemplo, que recebe R\$ 4.391,58 entre subsídio e auxílio, vai passar, Deputado Fruet, a receber R\$ 6.001,58. Mas quando você tira os descontos, passa a receber R\$ 4.974,00, R\$ 583,00 de aumento. Não são mil reais, precisamos colocar a verdade. Esses R\$ 583,00 aqui são muito pequenos face à necessidade da corporação. Estou com o estudo aqui, todos os Deputados aqui receberam a demanda da PM. Todos. E esse valor apresentado é muito inferior. Claro, Deputado Evandro, que a Oposição vai votar a favor. A Oposição vota a favor dos benefícios, remunerações e auxílios aos servidores, entendendo que são totalmente diferentes do que a realidade faz serem necessários. Aqui, o auxílio-alimentação colocado para o quadro próprio do Executivo e para a Saúde vai beneficiar aí 10,700 servidores. Vai custar para o Estado R\$ 78 milhões no ano. Só este ano, o Governo aumentou a sua publicidade de 90 milhões para 163 milhões, dava para pagar no mínimo duas vezes esse auxílio. Mas se optou em fazer propaganda e não repassar valor maior para o auxílio. O que temos visto é muita propaganda e pouca ação, literalmente, no montante despedido para propaganda e no que será colocado ao servidor que precisa. Sabe por que precisa? Porque desde o ano de 2016 até agora, só de perda inflacionária, são 34%, 34%. O valor atual é pequeno face ao tempo e à perda que esse pessoal teve. Atualmente só está tendo esse movimento aqui graças aos servidores, seja por movimento dos sindicatos e suas representatividades, ou seja, pelos servidores na rua: em Cornélio Procopio, em Foz do Iguaçu, em Cascavel, em Colombo, em Maringá, foi essa pressão popular que fez chegar este momento aqui. Isso é verdade. Sabe por quê? Porque desde fevereiro esse Projeto tinha que ter estado aqui, não esteve. Mas as pressões fizeram com que isso ocorresse e é triste de ver tudo isso. Questionamos aqui: por que não é dado ao servidor o mesmo aumento que o Governador deu à tarifa de água: 32% de aumento nos três últimos anos. Por quê? Por que não é dado para o servidor o mesmo aumento

que teve na cobrança e fórmula do IPVA, Soldado Fruet? Por que não? Por que não é dado ao servidor toda a magnitude que foi o lucro de 5 bilhões da Copel, que será distribuído em lucro e dividendo como o maior da história a acionistas? Tirou-se do povo um valor para ter lucro e repassar para os grandes, para o G7. E aí, é verdade, para o G7 é porte aberta, R\$ 17 bilhões em renúncia, enquanto para criar aqui auxílio ou se aumentar o percentual de aumento ou de reposição aos servidores, não se dá. Um por cento no repasse corresponde a R\$ 115 milhões aos servidores. Se desse 10% de repasse, teríamos R\$ 1 bilhão, 17 vezes menor do que a renúncia feita a multinacionais e do capital estrangeiro no Estado do Paraná. O fato é o seguinte: pode-se fazer qualquer propaganda, mas o poder de compra do servidor do Paraná foi diminuído. Hoje, quem ganha 3 mil era pra estar ganhando quatro. Mas o custo de vida subiu muito. O aumento dado no máximo compra quatro botijões de gás; o aumento dado sequer dá para encher um tanque de gasolina de 80 litros. Uma cesta básica no Paraná, que tem como média R\$ 610,00, não dá para ser adquirida com isso que está sendo proposto aqui. E o Governo do Paraná tem condições. O Secretário da Fazenda esteve aqui, nesta Casa, apresentando os números. Tem condições de muito mais. O que falta é vontade política, é entendimento político do papel do servidor e do quanto ele vale para o Estado. O G7 deu linha aqui: falou que não ia se dar aumento nesse período e é verdade. Está se ouvindo poucos e desagradando e prejudicando muitos. Muitos! Além de servidores, o povo paranaense que recebe esse benefício do serviço prestado. Ah, Fruet, não se dar o devido aumento e as condições para a polícia temos a segurança pública prejudicada; temos a condição na sala de aula, essa que está aí, por videoconferência, colocando professores virtuais e empobrecendo a qualidade de ensino do Paraná. Temos essa opção política que teve aí, de se investir 12% em saúde três anos seguidos. Em 2019, que não tinha pandemia; em 2020, no ano da pandemia, investiram só 12%, em 2021, que precisa de recuperação econômica, investiram só 12%. Enquanto o Ceará investiu 16%, o Rio de Janeiro 14%, Santa Catarina 15%, mas o Paraná, o Paraná prioriza renúncia fiscal de 17 bilhões para alguns amigos e deixa o povo, dentre eles os servidores, desprestigiados. Deixa para essas pessoas o custo de vida mais caro,

porque aqui se tem um discurso direto sobre o custo Paraná, o custo Paraná só aumentou. Em novembro do ano passado tivemos a maior inflação do Brasil. Temos aumentos praticados na Sanepar, na Copel e no último aumento da tarifação de pedágio, que pedágio vai voltar. É bom lembrar aqui que o pedágio será pauta política deste ano. Muitos querem empurrar para depois das eleições, mas temos que discutir aqui, 15 novas praças de pedágio, escolha política; renúncia para o grande e nada para o pequeno, escolha política. Cadê o programa de isenção de micro e pequena empresa? Cadê um programa que diferencie o custo de produção no interior do Estado? Não existe! Mas existe uma prática, um olhar numérico. Esqueceu que o Estado é feito por pessoas, por gente que sente, sofre, passa fome e está desempregada. Mas os números da propaganda foram dobrados; mas a renúncia fiscal foi triplicada no Paraná para grandes e o povo está aqui. E os servidores que sequer podem estar aqui dentro, porque, por incrível que pareça, esta Casa também não está aberta ao público como devia. E temos que fazer essa reflexão. E aqui, Presidente, como Líder da Oposição, não tenho como não registrar que a Oposição está indignada com o procedimento de receber... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Um minuto para concluir, Deputado.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): ... de receber Projeto de Lei como é o caso desse, de última hora, com convocação de pauta dentro do Regimento de 24 horas, mas o Projeto de Lei, para ser estudado, não teve. Foi convocado ontem às 17 horas para hoje às 17 horas, está certo, dentro do Regimento, mas para fazer o quê? Qual o conteúdo? Qual o Projeto? E agora não posso apresentar a emenda. Se eu apresentar emenda e pedir vista na Comissão, atrasa o Projeto, não será aprovado até quarta ou quinta-feira e a culpa ficará na Oposição. Não dá para admitir isso. Isso é a mesma coisa que cercear o papel desta Casa. Estamos sendo reduzidos de tamanho e de expressão, pelo jeito que o Governo está se relacionando com esta Casa. Queria incluir outras pessoas e servidores nesse Projeto. Se eu fizer uma emenda, não aprova, não publica e a culpa é da

Oposição. Não dá para aceitar isso, Presidente. Não dá! Não pode ter uma ingerência tão grande no Executivo sobre esta Casa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: *Adelino Ribeiro (PATRI), Ademar Traiano (PSDB), Alexandre Amaro (Republicanos), Alexandre Curi (PSB), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSB), Bazana (PV), Boca Aberta Junior (PROS), Cantora Mara Lima (PSC), Cobra Repórter (PSD), Coronel Lee (PSL), Cristina Silvestri (CDN), Delegado Fernando Martins (PSL), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (DEM), Elio Rusch (DEM), Evandro Araújo (PSC), Francisco Bühner (PSD), Galo (PODE), Gilberto Ribeiro (PP), Gilson de Souza (PSC), Goura (PDT), Gugu Bueno (PL), Guto Silva (PSD), Homero Marchese (PROS), Hussein Bakri (PSD), Jonas Guimarães (PSB), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSB), Luiz Fernando Guerra (PSL), Mabel Canto (PSC), Marcio Pacheco (PDT), Maria Victória (PP), Mauro Moraes (PSD), Michele Caputo (PSDB), Nelson Luersen (PDT), Nelson Justus (DEM), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSDB), Plauto Miró (DEM), Professor Lemos (PT), Reichembach (PSC), Requião Filho (MDB), Ricardo Arruda (PSL), Rodrigo Estacho (PV), Soldado Adriano José (PV), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (CDN), Tiago Amaral (PSB) e Tião Medeiros (PTB) (54 Parlamentares).]*

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) Autuado sob o n.º 97/2022, do Professor

Lemos, que dispõe sobre a suspensão do cumprimento de medidas judiciais, extrajudiciais ou administrativas no âmbito do Estado do Paraná que resultem em despejo, desocupações ou remoções forçadas em tempos de pandemias e epidemias; **Autuado sob o n.º 98/2022**, do Deputado Gugu Bueno, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Cidadã de Proteção aos Animais, com sede no município de Cascavel; **Autuado sob o n.º 99/2022**, do Deputado Soldado Adriano José, que dispõe sobre os serviços de renovação, adição e mudança de Carteira Nacional de Habilitação – CNH de policiais e bombeiros militares, policiais civis e agentes penitenciários do Estado do Paraná, que para o exercício de suas funções exijam do porte do documento; **Autuado sob o n.º 100/2022**, do Deputado Soldado Adriano José, que reconhece o risco da atividade e efetiva necessidade do porte de armas de fogo por vigilantes integrantes de empresas de segurança privada constituídas nos termos da Lei Federal n.º 10826, de 22 de dezembro de 2003; **Autuado sob o n.º 101/2022**, do Deputado Gugu Bueno, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Membra Vocal e Orquestra de Câmara de Cascavel, com sede no município de Cascavel; **Autuado sob o n.º 102/2022**, do Deputado Tadeu Veneri, que caracteriza a falta de moradia adequada como problema de saúde pública e permite que médicos e médicas relatar moradia adequada para pessoas em situação de rua; **Autuado sob o n.º 103/2022**, da Comissão Executiva, que altera o art. 10 da Lei n.º 16390, de 2 de fevereiro de 2010, que adota diretrizes, altera, extingue, cria e transforma cargos do quadro próprio do Poder Legislativo do Paraná; **Autuado sob o n.º 104/2022**, do Deputado Cobra Repórter, que concede ao município de Jaguapitã o Título de Capital do Bilhar; **Autuado sob o n.º 105/2022**, do Deputado Gugu Bueno, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Tigre Guerreiro de Artes Marciais, com sede no município de Diamante do Oeste; **Autuado sob o n.º 110/2022**, do Deputado Plauto Miró, que altera a Lei n.º 12227, de 17 de julho de 1998, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Centro Pontagrossense de Reabilitação Auditiva e da Fala Geny de Jesus de Ribas, com sede no município de Ponta Grossa; **Autuado sob o n.º 111/2022**, do Deputado

Michele Caputo, que dispõe sobre a concessão de espaços públicos do Estado do Paraná, em caráter não oneroso, para a instalação de circos itinerantes.

Projeto de Decreto Legislativo: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) Autuado sob o n.º 3/2022, do Deputado Arilson Chiorato, que susta o Decreto Estadual n.º 9792, de 14 de dezembro de 2021, do Poder Executivo.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

Temos duas Redações Finais.

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 307/2021, de autoria do Deputado Delegado Fernando Martins, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Proteção aos Animais de Terra Roxa, com sede no município de Terra Roxa.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 768/2021, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Anderson Mathias Bonin Bueno.

Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovados.**

ITEM 3 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 659/2019, de autoria do Deputado Alexandre Amaro, que dispõe sobre a conversão de milhas e outros benefícios provenientes de passagens aéreas adquiridas com recursos públicos do Poder Legislativo e do Poder Executivo, para todos os atletas e paratletas do Estado do Paraná, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Esportes. Substitutivo Geral de Plenário com parecer favorável da CCJ. Vamos aprovar neste momento o substitutivo geral. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Registro a presença na Casa do Vereador Neivo Borsatto, de Nova Prata do Iguaçu, por solicitação do Deputado Tadeu Veneri. Seja bem-vindo aqui. Ainda pendentes os votos dos Deputados Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Cristina Silvestri, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho. Soldado Adriano? Não. Soldado Fruet e Tadeu Veneri. Ok, seu voto é positivo. O Deputado Tadeu vai votar, senão vamos... Ok, votação encerrada: [**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (48 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet e Tadeu Veneri (6 Deputados).] Com 48 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Substitutivo Geral. Quarenta e nove votos, com o voto do Deputado Tadeu; ou melhor, 50, com o voto do Deputado Soldado Fruet também.**

ITEM 4 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 451/2021, de autoria do Deputado Requião Filho, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação LM Almeida, com sede no município de Curitiba. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Também registro a presença na Casa do Vereador da cidade de Xambrê, Sr. Adriano Cardoso, por solicitação do Delegado Fernando. Seja bem-vindo. Peço aos Sr.^s Deputados, por favor, que agilizem o processo de votação. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (48 Deputados);* **Não Votaram:** *Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Mauro Moraes e Rodrigo Estacho (6 Deputados).]* Com 48 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 451/2021.**

ITEM 5 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 775/2021, do Deputado Anibelli Neto, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Sebastião Ferreira Martins. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os líderes? Estamos com problema aqui nos microfones. A informação é que caiu o sistema dos microfones. Ainda, o Deputado Arilson votou, Alexandre Curi, Cobra Repórter, Douglas Fabrício, Galo, Reichembach, Requião, Rodrigo Estacho, Tião Medeiros e Hussein Bakri. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto*

*Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (47 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Hussein Bakri, Reichembach, Requião Filho, Rodrigo Estacho e Tião Medeiros (7 Deputados).]* Com 47 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 775/2021.**

ITEM 6 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 69/2022, de autoria dos Deputados Ademar Traiano e Hussein Bakri, que altera a Lei n.º 20437, de 17 de dezembro de 2020, que institui a taxa de registro de contrato com cláusula de alienação fiduciária em operações financeiras, consórcio, arrendamento mercantil, reserva de domínio ou penhor. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Substitutivo Geral da CCJ. Vamos submeter ao voto o substitutivo geral. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O item...?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): O Item 6.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Como votam os Deputados Alexandre Curi, Anibelli Neto, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Douglas Fabrício, votou, Michele Caputo e Soldado Fruet? Votação encerrada, Sr.ª Deputados: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando

*Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (53 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano (1 Deputado).]* Com 53 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Substitutivo Geral.**

ITEM 7 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 388/2020, de autoria dos Deputados Mabel Canto, Gilson de Souza e Goura, que dispõe que maternidades, casas de parto e estabelecimentos hospitalares congêneres, da rede pública e privada do Estado, devem permitir a presença de doulas durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, sempre que solicitadas pela parturiente. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Saúde Pública e Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Substitutivo Geral da CCJ. Em discussão o Projeto. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Tem o nosso apoio. Voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Vamos votar, Sr.^s Deputados, que teremos CCJ já na sequência, por favor. Deputados Cantora Mara Lima, Anibelli, Mauro Moraes, Nereu Moura e Reichembach.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): *Pela ordem*, Presidente. Só queria solicitar novamente a presença de todos os colegas que compõem a Comissão, a CCJ, que compõem a Comissão de Finanças e, posteriormente, a Comissão de Segurança Pública, no sentido de que possamos deliberar sobre os projetos que

tratam do reenquadramento e de outros temas relacionados ao funcionário público.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): O Deputado Nelson Justus também me solicitou que, tão logo encerre a Sessão, a CCJ já inicie a sua Sessão normal. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (52 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano e Anibelli Neto (2 Deputados). Com 52 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 388/2020.**

ITEM 8 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 458/2021, de autoria do Deputado Michele Caputo, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Paranaense de Equoterapia e Inclusão Equestre, com sede no município de Ponta Grossa. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Senhores Deputados, votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara

*Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (50 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Anibelli Neto, Hussein Bakri e Reichembach (4 Deputados).]* Com 50 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 458/2021.**

ITEM 9 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 780/2021, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 259/2021, que altera a Lei n.º 20385, de 30 de novembro de 2020, que dispõe sobre a extinção do Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): É uma mera correção, Presidente. Por isso, peço o apoio de todos. Voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ainda pendentes os votos dos Deputados Anibelli, Boca Aberta, Cristina, Gugu Bueno, Mabel Canto, Nereu Moura, Soldado Fruet e Tadeu Veneri. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas*

*Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (48 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Anibelli Neto, Cristina Silvestri, Mabel Canto, Nereu Moura e Soldado Fruet (6 Deputados).]* Com 48 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 780/2021.**

ITEM 10 – 1.^a Discussão do Projeto de Resolução n.º 7/2022, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados referente ao mês de setembro de 2021. Parecer favorável da Comissão de Tomada de Contas. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Votação encerrada, Sr.^s Deputados: [**Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (44 Deputados); **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Anibelli Neto, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Galo, Homero Marchese, Luiz Fernando Guerra, Maria Victória, Nereu Moura e**

Reichembach (10 Deputados).] Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Resolução n.º 7/2022.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Temos dois **Requerimentos**: **Requerimento n.º 558/2022**, do Deputado Boca Aberta Junior, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística, conforme especifica; e **Requerimento n.º 560/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando informações ao Secretário de Estado da Fazenda, detalhadas sobre a renúncia fiscal do Estado, com amparo no art. 198, §3.º, IV do Código Tributário Nacional.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Do Deputado Boca Aberta como envio de expediente e do Deputado Arilson vou pedir para discutir, porque quero tentar trazer a resposta amanhã.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): **Requerimento n.º 558/2022**, conforme acordo do Líder do Governo com o autor, **será encaminhado como envio de expediente.**

Requerimento n.º 560/2022, **adiado na forma Regimental.**

Requerimento n.º 580/2022, do Deputado Hussein Bakri, requerendo tramitação e votação em regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 103/2022. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (**Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.**)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 556/2022, da Deputada Mabel Canto, encaminhando voto de pesar à família pelo falecimento do Sr. Edson Rosa; **Requerimento n.º 557/2022**, da Deputada Mabel Canto, solicitando envio de expediente ao Tenente-Coronel Marcos Ginotti Pires, Comandante do 1.º Batalhão da Polícia Militar do Paraná, informando denúncia de falta de transparência na votação para transformação do Colégio Cristo Rei, no município de Guarapuava, em cívico-militar; **Requerimento n.º 559/2022**, do Deputado Tadeu Veneri, solicitando o registro e envio de votos de congratulações à Ong Grupo Esperança; **Requerimentos n.ºs 561 a 572/2022**, da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando o registro e envio de menção honrosa: ao Pastor Augusto José Maia Neto, ao Pastor Erondi Kailer, ao Pastor Clemerson Aparecido da Silva, ao Pastor José Anunciação dos Santos, à Sr.^a Aparecida Fogaça Andreacci, ao casal Pastor Eliel e Irmã Fiorella Polini, à Igreja Presbiteriana do Brasil em Ibiporã, ao Círculo de Oração do Tatuquara, à Igreja Batista Aeroporto, em Londrina, ao evangelista Anderson Cristo, ao Pastor Marcos Fogaça, e ao evangelista Renaldo Gomes; **Requerimento n.º 573/2022**, do Deputado Soldado Adriano José, solicitando o registro e envio de voto de congratulações com menção honrosa para os Senhores Osvaldo Vicentini Júnior, Edson Salomão Ribeiro, Ednei Vicente Marquesone e Afonso José de Araújo; **Requerimento n.º 575/2022**, do Deputado Coronel Lee, solicitando o registro e envio de voto de congratulações aos Presidentes dos Conselhos de Segurança do Paraná; **Requerimento n.º 578/2022**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, solicitando envio de expediente ao Diretor-Presidente da Fomento Paraná, Sr. Heraldo Alves das Neves, requerendo reabertura da linha de crédito Banco do Empreendedor Taxistas, destinado à compra de veículos utilizados na prestação de serviços de táxi nos municípios paranaenses, para adaptação desses veículos ao uso de gás natural veicular e também para atender pessoas com dificuldades de mobilidade; **Requerimento n.º 579/2022**, da Deputada Luciana Rafagnin, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação e do Esporte requerendo o fim do modelo de aulas remotas no ensino técnico e o cancelamento do contrato com a UniCesumar, que coloca monitores sem capacitação técnica específica para tender alunos da rede pública de ensino

paranaense; **Requerimentos n.ºs 581 a 610/2022**, do Deputado Plauto Miró, encaminhando voto de pesar às famílias pelo falecimento de: Olair dos Santos Schimidt, Maria Tereza Machado Ferreira, Therezinha Makoski de Ávila, Roseli Maria Ferreira, Elisabeth Telles, Berenice Binotto Cabral, Alvarina Camargo Malinoski, Edith Rosa Quadros, Alda Ziareski Wacelechen, José Pedro Antunes, Rubens Ribeiro, João Alves da Silva Junior, Antônio Pires dos Santos, Ozi Freitas de Cândida, Coronel Aymoré Índio do Brasil Pereira de Moraes, Renato Machado, Maocir Vitor Mohylski, João Luiz Vicente, Cilo Pietrala, José da Luz Farias da Cruz, João da Cruz, Stela Hass Gorte, Eracir Soares, Zeni de Fátima Fagundes, Maria Julia Lopes Correia, Inês Marilena Lovato, Helena Rodrigues Nogueira, Arilda Risnei, Angelina Maria Moreira, e Izabel Fernandes.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.º 574/2022, dos Deputados Luiz Claudio Romanelli, Delegado Jacovós e Boca Aberta Junior, requerendo o arquivamento do Projeto de Lei n.º 192/2021; **Requerimento n.º 577/2022**, dos Deputados Mabel Canto, Goura, Gilson de Souza e Cristina Silvestre, requerendo a inclusão como coautora do Projeto de Lei n.º 388/2020, de autoria dos Deputados Mabel Canto, Goura e Gilson de Souza.

Justificativas de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 4.º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º 576/2022**, do Deputado Soldado Adriano José, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 2 de março de 2022.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra **Sessão Ordinária** para terça-feira, dia 29 de março de 2022, à hora regimental, e duas **Sessões Extraordinárias** na sequência, com as seguintes **Ordens do Dia: Ordinária** - Redação Final do Projeto de Lei n.º 775/2021; 3.ª Discussão dos Projetos de Lei

n.^{os} 659/2019 e 69/2022; 2.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^{os} 388/2020, 458/2021 e 780/2021 e do Projeto de Resolução n.^o 7/2022; e 1.^a Discussão dos Projetos de Lei Complementar n.^{os} 2/2022 e 3/2022 e dos Projetos de Lei n.^{os} 749/2021, 49/2022, 103/2022, 106/2022, 107/2022, 108/2022 e 109/2022; **1.^a Extraordinária** - 2.^a Discussão dos Projetos de Lei Complementar n.^{os} 2/2022 e 3/2022 e dos Projetos de Lei n.^{os} 103/2022, 106/2022, 107/2022 e 108/2022 e 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^o 14/2022; **2.^a Extraordinária** – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^o 14/2022.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h18, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.^o 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)